

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II – PE II
PEDAGOGIA

07/11/2010

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 15
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	16 a 50
REDAÇÃO	—

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 50 questões da prova Objetiva e a prova de Redação.
2. Cada questão da prova Objetiva apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. O cartão-resposta e a folha de resposta da prova de Redação são personalizados e não serão substituídos em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-los, verifique se os seus dados em ambos estão impressos corretamente. Se for encontrado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. A folha de resposta da prova de Redação será despersonalizada antes da correção. Para a banca corretora, você será um candidato anônimo. Desenhos, recados, orações ou mensagens, inclusive religiosas, nome, apelido, pseudônimo ou rubrica escritos na folha de resposta são considerados elementos de identificação. Se houver alguma ocorrência de caso como os mencionados anteriormente, sua prova será desconsiderada, e atribuir-se-lhe-á pontuação zero.
5. O desenvolvimento da prova de Redação deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta preta na respectiva folha de resposta. RESPOSTA A LÁPIS NÃO SERÁ CORRIGIDA E RECEBERÁ PONTUAÇÃO ZERO.
6. As provas terão a duração de cinco horas, já computados nesse tempo a marcação do cartão-resposta, o preenchimento da folha de resposta da prova de Redação e a coleta da impressão digital.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **duas horas** de prova e poderá levar o caderno de prova somente no decurso dos últimos **trinta minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
8. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA E A FOLHA DE RESPOSTA DA PROVA DE REDAÇÃO AO APLICADOR DE PROVA.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o Texto 1 para responder às questões de 01 a 07.

Texto 1**A invenção das crenças**

Este é o título do ciclo de conferências do qual participo, nesta segunda-feira em São Paulo, depois em Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro. Ando batendo a cabeça com esse assunto, sem ter conseguido formular muita coisa depois de um bom período de leituras chatas sobre opinião pública. Em todo caso, ponho aqui algumas primeiras anotações para a palestra que vou ter de apresentar.

O assunto que me foi proposto é o das relações entre “crença” e “opinião”.

Confesso que andei um pouco perdido diante dessas duas palavras, que muitas vezes se aproximam muito; vou tentar me limitar aqui a comentar algumas questões talvez um pouco abstratas, mas acho que pelo menos dotadas de atualidade.

A pergunta básica que eu gostaria de formular, como início desta discussão, é a seguinte. Afinal de contas, é possível, hoje, alguém ter *opinião*? Uma opinião própria, pessoal, individual, sobre qualquer assunto? Naturalmente, todo mundo tem suas *crenças*. Está convicto, por exemplo, de que Deus existe, de que duendes existem, de que a vacina que tomou contra a gripe suína de alguma coisa deve servir. A força dessas crenças, eu acho, já é uma questão muito relativa, porque não sabemos exatamente, nem a própria pessoa sabe exatamente em que ela acredita quando ela diz que acredita em Deus, nem o grau de certeza que ela tem, depois de tomar a vacina, quanto à sua imunidade real diante da gripe. A dúvida, muitas vezes, é quase tão superficial quanto a crença; é só questão de raspar um pouquinho, para que ela apareça, e ninguém tem a mesma solidez de convicções durante as 24 horas do dia.

Estou usando aqui termos como “crença”, “convicção”, “certeza” de forma muito genérica, sem me importar muito com a precisão, as diferenças que possam existir entre uma coisa e outra.

De todo modo, se me parece possível, e natural, que uma pessoa tenha “crenças”, minha pergunta é sobre se é possível, hoje, alguém ter *opiniões*. Ah, certamente, você vai dizer, as pessoas têm opiniões. Eu tenho, você tem, não existe nada de problemático nisso.

Pode ser, mas o que me inquieta, e começa a parecer para mim sinal de que existe, sim, algo de problemático nisso, é que se fala o tempo todo na figura do *formador de opiniões*. Não existe, ao que eu saiba, a figura do *formador de crenças*. Seria, talvez, o apóstolo, o pregador religioso, o líder carismático, o propagandista. Mas o que é, e o que faz, o *formador de opiniões*?

Ou seja, para reformular a pergunta. Por que, a uma certa altura, aquilo que parecia ser da ordem exclusivamente pessoal, a “opinião”, passa a ser entendida como algo que se oferece no mercado das ideias? Por que é que uma coisa que deveria “nascer” de nossa própria experiência, de nossa própria reflexão, de nosso contato com livros, jornais, com a realidade cotidiana, passa a ser visto como algo que depende de outros – dos “formadores de opinião”—para ser formada?

COELHO, Marcelo. A invenção das crenças. Disponível em: <<http://marcelocoelho.folha.blog.uol.com.br/>>. Acesso em: 13 set. 2010.

— QUESTÃO 01 —

Da leitura do texto, pode-se concluir que Marcelo Coelho usou vários argumentos para criticar a ideia de que a

- (A) dúvida serve para esclarecer as diferenças entre crença e opinião.
- (B) crença pertence ao domínio social e a opinião, ao trabalho individual.
- (C) opinião baseia-se na certeza do fato e a crença aproxima-se da convicção.
- (D) relação entre opinião e crença é estabelecida pela mídia.

— QUESTÃO 02 —

As aspas são utilizadas em “crença”, “convicção” e “certeza” com o intuito de produzir o seguinte efeito:

- (A) mostrar que o autor utiliza ideias de outros autores.
- (B) advertir que os termos destacados pertencem a outro idioma.
- (C) indicar que os conceitos assentam-se em hipóteses provisórias
- (D) sugerir que o assunto é dotado de atualidade.

— QUESTÃO 03 —

No trecho “A pergunta básica que eu gostaria de formular, como início desta discussão, é a seguinte. Afinal de contas, é possível hoje alguém ter opinião?” está subentendida a ideia de que

- (A) o autor acredita ser a opinião construída coletivamente.
- (B) a crença tem papel relevante nas relações intersubjetivas.
- (C) o estabelecimento de opiniões é uma atividade corriqueira.
- (D) a força da crença pessoal assegura as normas sociais.

— QUESTÃO 04 —

O gênero conferência e o tipo de relação interlocutiva requerida possibilitam ao autor do texto a construção de uma

- (A) intenção de delimitar as variações assumidas pelas crenças pessoais.
- (B) reflexão sobre as similaridades entre opinião e crença.
- (C) estratégia para convencer o leitor sobre a estabilidade da opinião.
- (D) liberdade expressiva para tratar do assunto polêmico.

— QUESTÃO 05 —

A simulação do diálogo entre o autor e um possível interlocutor em “Ah, certamente, você vai dizer, as pessoas têm opiniões. Eu tenho, você tem, não existe nada de problemático nisso” é marcada pelo uso de

- (A) discurso indireto livre, para caracterizar a falta de indicadores dos limites entre a fala do locutor e a fala do interlocutor.
- (B) discurso direto e discurso indireto, para dar relevo a uma expressão típica do interlocutor e criar um efeito de verdade.
- (C) discurso indireto, em que o locutor usa suas próprias palavras para comunicar o que o interlocutor diz.
- (D) discurso direto, em que o locutor reproduz a fala do interlocutor por meio das próprias palavras deste último.

— QUESTÃO 06 —

No texto, destaca-se o seguinte ponto de vista:

- (A) formador de crenças exerce as mesmas funções que o formador de opinião.
- (B) formador de opinião é estabelecido historicamente e o formador de crença, momentaneamente.
- (C) aparecimento do formador de opinião possibilita a existência do formador de crenças.
- (D) silêncio do formador de crenças deixa fragilizado o formador de opinião.

— QUESTÃO 07 —

O uso da primeira pessoa do singular e a explicitação de julgamento de valor aproximam o texto do gênero

- (A) carta pessoal, pois apresenta ao leitor informações particulares da vida do autor.
- (B) artigo de opinião, pois o autor considera diferentes pontos de vista para defender sua posição.
- (C) documentário, pois o autor descreve e analisa acontecimentos e dados da realidade cotidiana.
- (D) manifesto, pois o autor denuncia sua perplexidade diante de questões abstratas para a população.

Leia o Texto 2 para responder às questões de 08 a 13.

Texto 2**Dois casos exemplares**

[...]

Há tempos, defendi, em um congresso, uma tese já na ocasião absolutamente antipática. O texto se chamou “A leitura errada existe”, e foi publicado em vários lugares, até como exemplo de uma posição mais ou menos antiga que ainda era defendida. Reconhecia-se, de certa forma, que havia um lugar para a tese.

Para uns, minha posição tinha um sabor autoritário. Houve até quem achasse que eu estava querendo dizer que era eu quem decidiria quais leituras seriam aceitáveis, vejam só. Para outros, tratava-se simplesmente de uma tomada de posição que era fruto da ignorância, por desconhecer completamente os “avanços” das teorias do texto e da leitura. Para esses críticos, eu estaria defendendo a existência de um sentido “imane” ao texto, que cada texto teria um único sentido, que esse sentido era o intencionado pelo autor etc. Seguia-se toda a ladainha de posições que eles, na verdade, gostariam que eu defendesse, porque elas são fracas e fáceis de criticar.

O que eu nunca disse, e jamais diria, é que uma eventual leitura errada – continuo afirmando que elas existem, embora tenha mais dificuldade hoje de fornecer bons e relevantes exemplos – é efeito da incompetência do leitor. Na verdade, esse é um terreno pelo qual nunca me aventurei. Mais ou menos vagamente, eu me baseava em exemplos que poderiam levar o leitor ao equívoco, fazendo uma leitura que um texto até autorizaria materialmente, mas que sua história, seu campo, suas condições de surgimento e de circulação faziam com que fosse uma leitura inaceitável. Meu exemplo mais claro era também muito simples. Eu expunha as condições de interpretação adequada do que está escrito numa placa que, pelo menos no sul do Brasil, é comum ao lado das rodovias. O texto é “Pare no acostamento”. O que eu defendia é que a leitura correta dessa placa é “Se precisar parar, pare no acostamento”, e que qualquer outra leitura é errada (por exemplo, ler a placa como uma ordem ou um pedido, e, por isso, parar. Dá uma boa piada, mas não é uma leitura correta para motoristas). O exemplo servia exatamente para mostrar que a leitura não pode levar em conta apenas o texto, que, usualmente, permite mais de uma interpretação. Uma leitura adequada (correta) é a que separa as interpretações que funcionam das que não funcionam, isto é, as aceitas por uma sociedade e as recusadas.

POSSENTI, Sírio. *Língua na mídia*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 97-98.

— QUESTÃO 08 —

Qual é a tese defendida pelo autor do texto?

- (A) Existe um sentido imane” ao texto.
- (B) O autor decide quais leituras são aceitáveis.
- (C) A leitura errada existe.
- (D) O leitor incompetente faz leituras erradas.

— QUESTÃO 09 —

O recurso utilizado pelo autor em “minha posição tinha um sabor autoritário” produz um efeito pela associação do sentido do paladar à concepção valorativa de uma opinião. Assim, a interpretação de “sabor autoritário” pode ser relacionada à seguinte afirmação:

- (A) a defesa da posição do autor era fruto da ignorância.
- (B) a posição defendida pelo autor era antiga.
- (C) o autor considerava suas teorias como as únicas corretas.
- (D) a tese do autor era absolutamente antipática.

— QUESTÃO 10 —

A oração “porque elas são fracas e fáceis de criticar”, no segundo parágrafo do texto, explicita uma causa que se refere às posições

- (A) atribuídas ao autor do texto pelos críticos de sua tese.
- (B) defendidas pelo autor da tese em suas publicações.
- (C) apoiadas pelas teorias do texto e da leitura.
- (D) descartadas pelas teorias da intencionalidade do sentido.

— QUESTÃO 11 —

No segundo parágrafo, as expressões “Para uns”, “minha posição” e “para outros” marcam diferentes vozes que remetem a

- (A) posições convergentes em torno de uma mesma tese.
- (B) pontos de vista divergentes sobre uma mesma questão.
- (C) opiniões complementares acerca de diferentes pontos de vista.
- (D) concepções semelhantes em relação a assuntos diferentes.

— QUESTÃO 12 —

No terceiro parágrafo, a ironia do autor ao dizer que “Dá uma boa piada, mas não é uma leitura correta para motoristas” permite inferir que

- (A) a intenção do produtor do texto impõe uma interpretação única tanto para o gênero piada quanto para outros gêneros estruturados por sequências constitutivas da ordem ou do pedido.
- (B) as condições de produção e de recepção do gênero piada continuariam sendo as mesmas que delimitaram a interpretação do gênero placa de trânsito para os motoristas.
- (C) uma interpretação é aceitável para o gênero piada e inaceitável para outros gêneros do discurso, dadas as diferentes condições de produção e de recepção dos textos.
- (D) a interpretação do leitor transforma em inaceitável a informação veiculada no gênero placa de trânsito devido a outros sentidos impostos pelo gênero piada à mesma informação.

— QUESTÃO 13 —

Para realizar a leitura da informação implícita em “Pare no acostamento”, o motorista deve recorrer ao recurso linguístico constituído por

- (A) um período concessivo.
- (B) um verbo no infinitivo.
- (C) uma oração condicional.
- (D) uma sequência narrativa.

Considere o Texto 2 e o cartum (Texto 3) a seguir para responder às questões 14 e 15.

Texto 3

Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/>>. Acesso em: 15 set. 2010.

— QUESTÃO 14 —

A definição do sentimento de amor por Camões é aproveitada pela personagem para a definição de um mal-estar. Essa apropriação é possível porque

- (A) o sentimento de amor causa menos sofrimento do que as crises de azia.
- (B) a dor causada pelo amor é invisível à verificação diagnóstica.
- (C) as figuras fogo e ferida são apresentadas por meio de ideias antitéticas.
- (D) a definição de amor por Camões é construída por meio de metáforas que figurativizam a sensação de dor.

— QUESTÃO 15 —

Relacionando o cartum ao texto de Sírío Possenti, a interpretação dos versos de Camões feita pelo personagem poderia ser um exemplo de leitura inadequada porque ele

- (A) desconsidera o valor conotativo das palavras para a construção de efeitos de sentidos.
- (B) desconhece o sentido denotativo dos termos utilizados na definição do que é o amor.
- (C) atribui às palavras um sentido figurado com base na linguagem literária para definir seu problema.
- (D) estabelece relações de semelhança a partir dos sentidos literais dos termos amor e azia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**— QUESTÃO 16 —**

Um dos grandes desafios que a educação escolar enfrenta, na contemporaneidade, é fazer convergir os interesses das macroinstâncias governamentais responsáveis pela elaboração e execução de políticas educacionais e os interesses da maioria da população que usufrui das redes de ensino, sobretudo públicas. Neste sentido, observa-se uma distância entre os conteúdos expressos nos documentos oficiais que regulamentam as práticas escolares e os processos de gestão, indicando que para se resolver tal desafio é necessário a

- (A) confluência das definições políticas mais amplas com os interesses e as necessidades das escolas e dos alunos.
- (B) legalização dos processos decisórios intraescolares pelos respectivos colegiados.
- (C) definição de estratégias de composição dos colegiados que privilegiem a gestão escolar.
- (D) organização pedagógica que reforce a hierarquia dos conteúdos escolares.

— QUESTÃO 17 —

A proporção de jovens no Brasil de 18 a 24 anos que têm 11 anos de estudo é de apenas 37,9%. É o que aponta a Síntese dos Indicadores Sociais de 2009 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado revela que a população nessa faixa etária está atrasada nos estudos, já que a idade correta para que o estudante complete a educação básica, somando 11 anos na escola, é aos 17 anos. Segundo o IBGE, “a mensuração da escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país”, diz a pesquisa. O instituto aponta que esse percentual é ainda menor no Nordeste, 31,8%, e superior no Sudeste, 44%, o que reforça as desigualdades regionais. Entre os estudantes de 18 e 24 anos, a maioria frequenta nível de ensino abaixo do recomendado. (Disponível em: < <http://zerohora.clicrbs.com.br> >. Acesso em: 22 set. 2010). Os dados acima caracterizam problemas na educação básica que, entre outros fatores, podem ser atribuídos

- (A) à ausência de uma política nacional de avaliação que estimule a competitividade entre as escolas, o que poderia contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.
- (B) às novas configurações sociais que estimulam os jovens a ingressar rapidamente no mercado de trabalho, tendo em vista o crescimento econômico da última década.
- (C) aos mecanismos de seleção dos quadros de pessoal das secretarias de educação, que não contemplam a contratação de especialistas capazes de resolver o problema do ensino médio.
- (D) à histórica distorção idade/ano escolar devido à fragmentação e descontinuidade das políticas educacionais que contemplam a correção do fluxo escolar.

— QUESTÃO 18 —

Observa-se uma forte influência das políticas neoliberais no encaminhamento dos processos de expansão da oferta de vagas nos sistemas de ensino e dos padrões de qualidade da educação escolar, especialmente na educação básica por meio de mecanismos de regulação. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2006), tais processos visam garantir as condições de promoção da competitividade, da eficiência e da produtividade exigidas pelo mercado. Busca-se a eficiência pedagógica por meio da instalação de uma pedagogia da concorrência, da eficiência e dos resultados (produtividade). Essa tendência tem sido levada a efeito, dentre outras estratégias, mediante

- (A) a regulação e o controle da oferta de vagas na rede privada de ensino.
- (B) a adoção de mecanismos de classificação das escolas, com ênfase na gestão e na organização escolar.
- (C) a atenção às camadas populares, ampliando a política do pleno emprego.
- (D) a desvinculação do financiamento educacional dos mecanismos de avaliação institucional.

— QUESTÃO 19 —

Dentre os fatores que contribuem para melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos está a maneira como a escola se organiza, com destaque para a capacidade de liderança dos dirigentes, especialmente do diretor, as práticas de gestão participativa, o ambiente da escola, a criação das condições necessárias para o ensino e a aprendizagem, a cultura organizacional, o relacionamento entre os membros da escola, as oportunidades de reflexão conjunta e as trocas de experiências entre os professores (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2006). Nessa perspectiva, o modelo de gestão que favorece o debate pedagógico e a participação da comunidade escolar em seus processos decisórios é o

- (A) burocrático.
- (B) autocrático.
- (C) democrático.
- (D) meritocrático.

— QUESTÃO 20 —

Os professores estão submetidos a uma série de pressões sociais e políticas, que abalam a sua identidade profissional como, por exemplo, as constantes avaliações sistêmicas, somadas à intensificação e à desvalorização do trabalho docente. Para Nóvoa (1992), nesse contexto, a identidade profissional está associada ao

- (A) desenvolvimento de práticas produzidas no seio da academia permeada pela tutela estatal.
- (B) desenvolvimento profissional, desenvolvimento institucional e desenvolvimento pessoal.
- (C) desenvolvimento de práticas universais desvinculadas da trajetória de vida e da profissão docente.
- (D) desenvolvimento de práticas geradas à margem dos projetos profissionais e organizacionais.

— QUESTÃO 21 —

Os currículos escolares e os conhecimentos por eles veiculados nem sempre possibilitam aos alunos a atribuição de significado a determinados conteúdos, sobretudo àqueles mais distantes de seus saberes cotidianos, ocorrendo então uma aprendizagem mecânica, restrita à mera associação entre estímulo e resposta (Moysés, 1995). A concepção subjacente à aprendizagem por compreensão é a de que ensinar é

- (A) fornecer aos alunos informações e instruções que deverão ser armazenadas na estrutura cognitiva.
- (B) planejar densas exposições teóricas e exigir atividade mental dos alunos na resolução de exercícios de fixação.
- (C) criar situações de interação para que os alunos apreendam um dado conteúdo, em vez de simplesmente memorizá-lo.
- (D) usar recursos metodológicos e livros didáticos ilustrados, de modo que facilitem os processos mnemônicos dos alunos.

— QUESTÃO 22 —

Os temas transversais dos parâmetros curriculares nacionais expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania e correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade brasileira de hoje, presentes sob várias formas na vida cotidiana. Os temas transversais definidos pelos PCN são:

- (A) ética, política educacional, reforma agrária, êxodo urbano, saúde pública e temas locais.
- (B) ética, democracia, reforma agrária, saneamento básico, questões de gênero e temas locais.
- (C) ética, diversidade étnica, meio ambiente, saúde pública, merenda escolar e temas locais.
- (D) ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual e temas locais.

— QUESTÃO 23 —

As escolas convivem com diversas concepções de organização curricular. Quando o currículo de uma determinada escola é previamente proposto por especialistas que, com base em critérios científicos e técnicos, formulam objetivos e conteúdos, padrões de desempenho, habilidades consideradas úteis e desejadas pela sociedade e, metodologicamente, caracteriza-se pela introdução de técnicas mais refinadas de transmissão do conhecimento, incluindo, hoje, os computadores e as mídias, ele revela uma abordagem, predominantemente,

- (A) tecnicista.
- (B) construtivista.
- (C) escolanovista.
- (D) tradicional.

— QUESTÃO 24 —

“A avaliação formativa visa favorecer o desenvolvimento dos alunos, com base na realização de avaliações sistêmicas de modo a identificar as formas em que está ocorrendo a apreensão do conhecimento. Os alunos devem participar e estar conscientes dos seus processos de aprendizagem” (Catani; Gallego, 2009, p. 84). Os procedimentos e os instrumentos avaliativos mais pertinentes para se proceder à avaliação formativa são:

- (A) exames orais e escritos, testes padronizados e produção de textos.
- (B) registros de observações, trabalhos em grupo e relatórios de atividades.
- (C) provas escritas, seminários, testes padronizados e prova oral.
- (D) trabalhos em grupo, testes-surpresa, provas escritas e estudos dirigidos.

— QUESTÃO 25 —

A avaliação do desempenho escolar vem ocupando o centro dos debates educacionais nos últimos anos, quando passou a ser o principal instrumento de regulação da qualidade da educação em todos os níveis de ensino. Os resultados dos exames nacionais ganham destaques nas diversas mídias e repercutem nas escolas, passando a influenciar na definição das políticas públicas educacionais, e, em alguns casos, nos currículos, nos conteúdos e nas práticas de avaliação. Nesse contexto,

- (A) a avaliação é parte do processo de definição de políticas, de gestão e de organização do trabalho pedagógico e possibilita o diagnóstico da realidade avaliada, subsidiando a tomada de decisões rumo às mudanças necessárias.
- (B) a avaliação tem função formativa e processual, cuja principal ênfase é o desenvolvimento dos indivíduos e de sua capacidade cognitiva, afetiva e interpessoal, tanto na escola como na sociedade.
- (C) a avaliação é o processo de seleção e classificação dos estudantes quanto à definição das capacidades necessárias para atuarem no mercado de trabalho com mais eficiência e produtividade.
- (D) a avaliação cumpre um papel relativo e secundário na definição das políticas e das práticas educativas, pois a maioria dos envolvidos não se interessa pelos seus resultados.

— QUESTÃO 26 —

Nas instituições de educação infantil, a organização do trabalho pedagógico deve levar em conta a importância da interação da criança com os seus pares, na perspectiva de produzir e compartilhar uma cultura da infância, constituída de ideias, valores, códigos próprios, formas específicas de compreensão da realidade, que lhes permitam não apenas reproduzir o mundo adulto, mas ressignificá-lo e reinventá-lo. A avaliação da aprendizagem na educação infantil constitui

- (A) uma ação planejada pelo professor para classificar os aprendizes de acordo com as habilidades e os conhecimentos assimilados no decorrer das aulas, permitindo a atribuição de notas ou conceitos que indiquem se serão ou não promovidos para o ano seguinte.
- (B) um conjunto de atividades definidas pelos órgãos públicos e pelos gestores escolares, que visem a um melhor aproveitamento do tempo que a criança passa na escola, possibilitando também a prestação de contas aos pais e à sociedade.
- (C) um processo que envolve as ações de verificar, fazer comparações, julgar e decidir, tendo um caráter mediador e acolhedor que permite acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento dos aprendizes, possibilitando ao professor rever e aprimorar a sua prática.
- (D) uma estratégia didática que permite a mensuração do desempenho das crianças, baseada em atividades planejadas que possibilitem ao professor a organização das classes de acordo com o desempenho cognitivo dos aprendizes.

— QUESTÃO 27 —

O planejamento escolar não é algo novo, já aparece no início dos anos 1960 e se desenvolve na década seguinte, quando se difunde a prática do planejamento curricular. Nos anos 1980, consolidou-se a expressão *projeto pedagógico*, que confere maior amplitude à ideia de um planejamento abrangente de todo o conjunto das atividades escolares e não apenas do currículo, tornando-se exigência da Lei n. 9.394/96. Este contexto foi favorável a uma mudança paradigmática importante no campo da gestão e da organização do trabalho educativo, pois

- (A) possibilitou a disseminação das práticas de gestão participativa, consolidando-se o entendimento de que o projeto pedagógico deve ser pensado, discutido e formulado coletivamente, de forma a contribuir para a construção da autonomia escolar.
- (B) reforçou a importância do planejamento como elemento organizador do trabalho escolar, que teve de ser realizado segundo rigorosos critérios técnicos, valorizando a tomada de decisão dos gestores com vistas a uma maior eficiência dos processos educativos.
- (C) contribuiu para valorizar os cargos administrativos de supervisão e inspeção escolar, responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação do trabalho docente, bem como pela definição de critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem.
- (D) implantou novas rotinas escolares com ênfase na valorização da capacidade e do talento da equipe escolar, estimulando a competição entre os professores por meio de mecanismos de premiação aos melhores do ano, pelo cumprimento de metas estabelecidas.

— QUESTÃO 28 —

O planejamento educacional consiste em uma das principais atividades do professor. Seu trabalho se efetiva em um ciclo de ações numa perspectiva dinâmica, ativa e processual. O professor deve organizar o seu projeto de ensino de modo que contemple os princípios presentes no projeto político pedagógico escolar e as características da classe, possibilitando a apreensão crítica e significativa dos conhecimentos científicos pelos estudantes. Nesta perspectiva, a aula (ou o conjunto das aulas) deve apresentar as seguintes características:

- (A) exposição oral pelo professor, aplicação de exercícios para fixar a aprendizagem proposta pelo livro didático, prova escrita.
- (B) contextualização e problematização do tema, abordagem interdisciplinar, recursos didáticos e metodologia diversificados, avaliação diagnóstica e processual.
- (C) apresentação de um conteúdo pelo professor, proposição de uma lista de exercícios, arguição oral para verificação da aprendizagem.
- (D) sondagem dos conhecimentos dos alunos utilizando-se uma prova-surpresa, exposição e debate de um tema, avaliação somativa.

— QUESTÃO 29 —

No contexto atual, espera-se que instituições de ensino e educadores ajudem os educandos a aprender a pensar, a refletir, a adquirir estruturas mentais para a aprendizagem autônoma e a dominar os conceitos científicos básicos das diferentes áreas do conhecimento. Para criar e organizar um trabalho pedagógico crítico e comprometido com estes objetivos, uma das alternativas é o projeto de ensino-aprendizagem. Segundo Vasconcelos (2002), a característica principal desse projeto é a seguinte:

- (A) o desenvolvimento individual das atividades de pesquisas bibliográficas propostas pelo professor, com vistas à maior produtividade dos alunos.
- (B) a definição do marco referencial, doutrinal e operativo pelo professor ou pela equipe pedagógica responsável pela disciplina curricular.
- (C) a análise de necessidades; definição do problema ou da temática; explicação dos objetivos; conteúdo; metodologia; avaliação; recursos e registro.
- (D) a inflexibilidade na escolha da temática, na distribuição das tarefas entre os participantes e dos procedimentos metodológicos e avaliativos.

— QUESTÃO 30 —

De acordo com o que estabelece o parágrafo único do art. 11 da LDB, no que se refere às responsabilidades dos entes federados, os municípios poderão optar por

- (A) oferecer o ensino médio como prioridade de sua área de competência, com recursos estabelecidos pela Constituição Federal.
- (B) integrar-se ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.
- (C) assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, estadual e federal de ensino.
- (D) oferecer o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas, no ensino superior.

— QUESTÃO 31 —

A atual LDB abriga no seu Título V – Dos níveis e Modalidades de Educação e Ensino, o capítulo II (Da Educação Básica) e a seção V denominada – Da Educação de Jovens e Adultos. Logo, a EJA é uma modalidade da

- (A) educação básica, nas suas etapas fundamental e média.
- (B) educação infantil, nas suas etapas creche e pré-escola.
- (C) educação superior, nas suas etapas *lato sensu* e *stricto sensu*.
- (D) educação inclusiva, nas suas etapas presencial e a distância.

— QUESTÃO 32 —

A organização do Ensino Fundamental de nove anos supõe a reorganização da educação infantil, particularmente da pré-escola, destinada agora a crianças de 4 e 5 anos de idade, assegurando sua própria identidade que se caracteriza por

- (A) acreditar que a aprendizagem e o ensino de conteúdos sejam o objetivo final da educação da criança pequena no atual contexto.
- (B) fundir-se com o primeiro ano do Ensino Fundamental, pois este é agora parte integrante de um ciclo denominado de ciclo da infância.
- (C) estabelecer uma estreita interligação entre educação e cuidados, interação entre o conhecimento e a experiência e entre os saberes e os afetos.
- (D) considerar o pedagógico na sua dimensão instrucional em detrimento da dimensão cultural, artística, lúdica e experiencial.

— QUESTÃO 33 —

De acordo com o Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008, considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. São objetivos do atendimento educacional especializado:

- (A) garantir que a escola valorize seu percurso histórico e sistematize seus resultados, sobretudo sob a ótica do sucesso escolar dos alunos com deficiência; desenvolva pesquisa a ser realizada por todos, inclusive com a participação dos alunos, evidenciando para a comunidade a trajetória da escola, bem como os indicadores de rendimento e de aproveitamento dos estudantes.
- (B) desenvolver e adotar mecanismos para assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar; maiores oportunidades de aprender; e, com isso, promover um desenvolvimento mais amplo, pois é evidente que a maior aprendizagem depende do aumento do tempo de permanência na escola, assim como do emprego mais eficaz do tempo pelos educadores de crianças com problemas.
- (C) apoiar a formação de professores ou instrutores de libras na aquisição de conhecimentos acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos; no desenvolvimento de mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado dos aspectos semânticos e outros conteúdos escolares expressos em libras.
- (D) prover acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos; garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 34 —

Constata-se, nos últimos anos, que os sistemas de ensino desenvolveram esforços com o intuito de propiciar amplo atendimento a adolescentes jovens e adultos, tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória quanto às iniciativas de caráter preventivo, visando diminuir a distorção idade/ano. Como exemplos, podem ser citadas as classes de aceleração e a EJA. Estas, no entanto, são categorias diferentes, pois as primeiras são meios didático-pedagógicos e pretendem sincronizar o ingresso de estudantes com distorção idade/ano escolar, fazendo avançar mais rapidamente o processo. Já a EJA é

- (A) um programa formalmente estruturado que pretende garantir a aprendizagem por meio de práticas ritualísticas inflexíveis, tais como se cristalizam nas rotinas domésticas e escolares.
- (B) um modelo disciplinar direcionado para a transmissão de conteúdos específicos, organizado em tempos rígidos e centrado no trabalho individual, muitas vezes solitário, por falta de espaços interativos.
- (C) uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas, quais sejam: a função reparadora, a equalizadora e a qualificadora.
- (D) um exame realizado por instituições devidamente credenciadas que visa verificar se os jovens e adultos interessados na escolarização detêm as competências correspondentes.

— QUESTÃO 35 —

A teoria desta pesquisadora foi construída na América Latina, onde a evasão e a retenção escolar cresciam de forma alarmante. Como importante saída para esta problemática, ela repensou o processo de aquisição da leitura e escrita. Pesquisou a psicogênese da língua escrita, verificando que as atividades de interpretação e de produção da escrita começam antes da escolarização, e que a aprendizagem dessa escrita se insere em um sistema de concepções, elaborada pelo próprio educando, cujo aprendizado não pode ser reduzido a um conjunto de técnicas perceptivo-motoras. A pesquisadora de que trata o texto é:

- (A) Emília Ferreiro
- (B) Maria Teresa Nidelcoff
- (C) Rosa Maria Torres
- (D) Maria Montessori

— QUESTÃO 36 —

A alfabetização dar-se-á nos três anos iniciais do Ensino Fundamental. Os professores desses três anos iniciais, com formação mínima em curso de nível médio na modalidade normal, mas, preferentemente, licenciados em Pedagogia ou Curso Normal Superior, devem trabalhar de forma inter e multidisciplinar e o agrupamento de crianças para composição dessas classes deve respeitar

- (A) o caráter classificatório das avaliações de aprendizagem realizadas nas fases anteriores.
- (B) a faixa etária, considerando as diferenças individuais e de desenvolvimento.
- (C) o aspecto único e isolado desse momento da escolaridade formal de suma relevância.
- (D) o processo vivido pelas crianças em casa e seus interesses por *games* específicos.

— QUESTÃO 37 —

Professor, nascido no estado de Pernambuco, considerado um dos maiores educadores do século XX pelas suas ideias e práticas que revolucionaram o pensamento pedagógico brasileiro. Deixou importante contribuição à teoria dialética do conhecimento, para a qual a melhor maneira de refletir é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la, o que significa pensar o concreto, a realidade, e não pensar pensamentos. Construiu a categoria pedagógica da *conscientização*, visando, através da educação, à formação da autonomia intelectual do cidadão para intervir sobre a realidade. Para ele, a educação não é neutra, é sempre um ato político. Esse educador é

- (A) Rubem Alves
- (B) Demeval Saviani
- (C) Anísio Teixeira
- (D) Paulo Freire

— QUESTÃO 38 —

As TICs tornam-se suportes, conteúdos e formas potencializadoras dos processos de inclusão dos “diferentes”, tanto no acesso ao conhecimento quanto no que se refere à sociabilidade (Rodrigues;Teixeira. *Inter-Ação*, n. 31, 2006). Neste sentido, o uso das TICs em processos sociais e educacionais inclusivos deve compreender as seguintes dimensões:

- (A) adaptativas, tecnológicas, mercadológicas.
- (B) assistivas, adaptativas, educativas.
- (C) assistivas, discursivas, tecnológicas.
- (D) educativas, mercadológicas, discursivas.

— QUESTÃO 39 —

“Crianças de dois anos já usam computadores em escolas: computação em colégios de educação infantil cria debate sobre aprendizagem precoce”. Com esta notícia, o jornal *Folha de S. Paulo* apresenta os diversos pontos de vista sobre o uso da TIC em escolas infantis. Há quem defenda o uso sob o argumento de que “as escolas precisam acompanhar o ritmo da sociedade, que é multimídia, e as crianças estão aprendendo a usar o computador para enriquecer o trabalho em sala de aula”. Para uma professora da UERJ, entretanto, “o uso precoce do computador pode trazer danos visuais, já que os órgãos visuais não estão totalmente desenvolvidos, e até problemas motores, pela diminuição da movimentação corporal” (*Folha de S. Paulo*, 17 mai. 2010, p. C5). Refletindo-se sobre o debate acima, conclui-se que:

- (A) o uso dos computadores deve ser difundido e adotado em todos os níveis educacionais, seguindo a tendência da sociedade, que já possibilita o acesso às TICs à maioria da população brasileira.
- (B) algumas opiniões sobre o assunto poderão inibir o avanço da inclusão digital. Se a escola tem recursos para investir em tecnologia deve fazê-lo para não ficar defasada em relação às concorrentes.
- (C) o importante na escolarização infantil é a ênfase no cuidado e nas relações de afeto, devendo-se deixar o ensino relativo aos aspectos cognitivos e o uso de ferramentas da informática para os anos iniciais.
- (D) ainda se encontra em estudo a questão do uso das tecnologias na escolarização das crianças pequenas, o que pressupõe alguns cuidados e critérios quanto à sua utilização nas classes de educação infantil.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 40 —**

No campo educacional assiste-se, nas últimas décadas, a uma sistemática defesa de uma pedagogia interdisciplinar, da adoção, pelo educador, de uma atitude interdisciplinar, da necessidade de as escolas promoverem um ensino que possibilite uma visão global do conhecimento científico em contraponto aos currículos fragmentados que caracterizaram a educação da chamada era moderna. Entretanto, constata-se algumas dificuldades em transformar tais recomendações em práticas pedagógicas efetivas, tendo em vista que

- (A) a execução de um projeto interdisciplinar depende de uma política especial que garanta os aportes financeiros capazes de financiar as reformas dos prédios escolares, adequando os ambientes para a execução das atividades, de modo a reunir todos os conteúdos previstos no currículo.
- (B) intervir no âmbito das políticas educacionais para que sejam promulgadas leis específicas que orientem a implantação da perspectiva interdisciplinar como obrigatória nas escolas de educação básica, promovendo-se uma ampla reforma curricular em todo o território nacional.
- (C) as mudanças de atitudes e de práticas pedagógicas não dependem apenas de um ato de vontade de um sujeito ou de um conjunto de pessoas que, por opção, decidem modificar os princípios que fundamentam as suas ações. Tais mudanças dependerão também do contexto sócio-histórico-cultural no qual se inserem.
- (D) uma renovação no quadro docente das escolas que decidirem modificar a sua prática é necessária, reunindo professores que tenham a formação adequada para atuar de forma interdisciplinar e que também possam promover o treinamento dos demais integrantes da comunidade escolar.

— QUESTÃO 41 —

A interdisciplinaridade tem sido um conceito recorrente na literatura educacional e surge como um contraponto ao processo de fragmentação do conhecimento, intensificado na chamada sociedade moderna. Muito se tem discutido sobre a necessidade de promover a ré-ligação dos saberes no âmbito dos currículos escolares, especialmente da educação básica, por meio do diálogo entre as diversas disciplinas. Existem inúmeros desafios a ser enfrentados para se colocar em prática uma pedagogia interdisciplinar. Dentre eles, destaca-se:

- (A) a unificação dos currículos escolares em apenas uma disciplina.
- (B) a formação de professores baseada, predominantemente, no paradigma disciplinar.
- (C) a resistência à proposta interdisciplinar reforçada pelos PCN das grandes áreas do conhecimento.
- (D) a inexistência de estudos sobre a pertinência da abordagem interdisciplinar nos currículos.

— QUESTÃO 42 —

“O *Bullying* é um fenômeno social caracterizado como um comportamento repetido, agressivo e intencionalmente doloroso, física ou psicologicamente, envolve o desequilíbrio de poder e, em geral, converte-se em ameaça. É considerado um mal silencioso pois as vítimas não revelam os maus-tratos aos seus pais, o que contribui para piorar a situação” (Folha de S. Paulo, 29 mar. 2010, p. C4). O *bullying* vem afetando as relações interpessoais nas escolas e uma maneira formativa de os educadores lidarem com a sua ocorrência é:

- (A) aumentar a vigilância e aperfeiçoar os mecanismos de punição aos estudantes que o praticarem, procurando proteger as vítimas em ambientes seguros e, se for o caso, acionar os conselheiros tutelares.
- (B) ignorar o fenômeno, pois o comportamento agressivo é considerado característica aceitável nos relacionamentos entre crianças e adolescentes. Em casos mais extremos, os agressores devem ser excluídos do ambiente escolar.
- (C) a escola não deve se ocupar com esta matéria porque tais comportamentos ocorrem como consequência da falta de controle dos pais em colocar limites em seus filhos, o que dificulta o seu relacionamento fora de casa.
- (D) observar atentamente as crianças que apresentarem comportamentos como nervosismo, apatia, agressividade ou isolamento e intervir, estimulando-as a conversar, e, se for o caso, encaminhar o problema à direção escolar e também à família.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 43 —**

O saber profissional do professor é constituído pela convergência de várias fontes de saberes, conforme apresentado no quadro a seguir.

Os saberes dos professores

Saberes dos professores	Fontes sociais de aquisição
Saberes pessoais dos professores	Família, ambiente de vida, educação no sentido amplo
Saberes provenientes da formação escolar anterior	A escola primária e secundária, os estudos pós-secundários não especializados
Saberes provenientes da formação profissional para o magistério	Os estabelecimentos de formação de professores, os estágios, os cursos de aperfeiçoamento
Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho	A utilização das “ferramentas” dos professores: programas, livros didáticos, cadernos de exercícios
Saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola	A prática do ofício na escola e na sala de aula, a experiência dos pares

Fonte: TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. *Educação & Sociedade*, n. 73, 2000, p. 209. (Adaptado).

A análise do quadro permite inferir que

- (A) o processo de formação do professor é ambiental e circunscrito às experiências vivenciadas no período em que frequentou a escola e construiu suas crenças sobre o ensino-aprendizagem.
- (B) o processo de formação do professor tem como fundamento basilar a socialização de conhecimento sobre a educação e a escola com os professores de disciplinas diversas durante o estágio.
- (C) o processo de formação do professor se estende por toda sua história de vida, comportando rupturas e continuidades na construção de saberes oriundos de diversas fontes em busca de uma identidade profissional.
- (D) o processo de formação do professor é pautado nos conteúdos dos livros didáticos reproduzidos em programas de ensino por meio de aulas expositivas, exercícios e outras estratégias de ensino.

— QUESTÃO 44 —

Entre os estudiosos da educação há uma crença no fato de que os professores aprendem por meio de sua prática profissional, no contexto escolar e na sala de aula, resolvendo problemas, refletindo sobre o que fazem e como fazem. Entretanto, o saber da prática não pode ser considerado suficiente para formar os professores. É preciso reconhecer a importância das teorias que oferecem subsídios para a reflexão em seu indispensável papel de tornar os fatos mais claros e compreensíveis (Lima e Reali, 2002). Nesse sentido, a formação de professores consiste em

- (A) práticas educativas que vão se tornando modelos para os professores de diferentes áreas.
- (B) experiências desencadeadas nos campos de estágios e em práticas simuladas.
- (C) capacidades de resolver problemas relacionados aos conflitos nas relações interpessoais.
- (D) saberes adquiridos na prática profissional aliados à aquisição de bases teóricas consistentes.

— QUESTÃO 45 —

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2006), o professor precisa de formação e preparo profissional específico para o exercício da docência, que compreende pelo menos três atribuições:

- (A) a gestão da sala de aula, a atuação nos conselhos escolares e a atuação nos partidos políticos.
- (B) a docência, a atuação na organização e na gestão da escola e a produção do conhecimento pedagógico.
- (C) a docência, a atuação nos movimentos sociais e a manutenção da disciplina escolar.
- (D) a docência, a participação na associação de pais e mestres e a organização de grupos de estudos.

— QUESTÃO 46 —

A literatura educacional contemporânea apresenta vasta produção acadêmica que discute e anuncia possibilidades de articulação entre ensino e pesquisa na formação docente e vislumbra possibilidade de pesquisas no ensino, envolvendo as universidades e as escolas. Uma maneira de estabelecer essa relação entre as instituições de ensino na produção da pesquisa, que também forma os professores, seria:

- (A) a pesquisa se tornar um princípio formativo, integrando o projeto de formação inicial e continuada das instituições, construído pelos seus participantes, levando em conta seus problemas, os recursos e as condições necessárias.
- (B) a pesquisa constituir uma disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, preparando os futuros professores para realizarem pesquisas acadêmicas sobre o ensino nas escolas, projetando-as no cenário nacional.
- (C) os acadêmicos percorrerem o maior número de escolas possível, acumulando dados a serem analisados e transformados em artigos científicos que poderão fundamentar a prática pedagógica dos professores.
- (D) as escolas promoverem cursos de treinamento, oficinas pedagógicas e seminários para prepararem os futuros professores para a realização de trabalhos de campo, excursões e atividade extracurricular com os seus alunos.

— QUESTÃO 47 —

As dimensões éticas são consideradas como importantes no sistema educativo brasileiro e estão presentes nas normativas legais, quer no que diz respeito à formação dos alunos, quer no que se refere à formação dos professores, tornando-se a ética um dos princípios fundantes para o exercício profissional. Nessa perspectiva, compreende-se que

- (A) a formação do sujeito ético se faz em grande parte fora do âmbito educativo formal, com vistas a uma formação mais ampla, sistemática e mais estruturada, pois esta é uma responsabilidade de toda a sociedade e não de suas instituições.
- (B) a formação ética profissional é um prolongamento da ética pessoal e integra um todo, mas se diferencia segundo os papéis desempenhados pelos sujeitos nas instituições educacionais, em conformidade com o cargo administrativo que exercem.
- (C) a formação de professores como educadores morais devia ocupar os currículos, e a regulação ética da profissão não poderia ocupar esses programas, pois a complexidade do processo de formação exige uma abordagem técnico-intelectual e instrumental.
- (D) a formação ética favorece a dialógica criativa, reflexiva e autorreguladora entre o universal e o singular; em vez da simples normatização, discute as relações com outras pessoas, as responsabilidades de cada um, os princípios e valores que dão sentido à vida.

— QUESTÃO 48 —

Hoje em dia não se concebe mais a análise da prática do professor dissociada do seu processo formativo, pois é por meio dos conhecimentos teórico-metodológicos que o educador pode lançar um olhar crítico e investigativo sobre a própria prática. A reflexão é um processo que ocorre antes, depois e durante a ação do professor, constituindo um processo de reflexão na ação e sobre a ação (Zeichner, 1992). Nesta perspectiva, o professor reflexivo é aquele que, entre outras características, possui

- (A) capacidade de examinar sua prática, identificar problemas, formular hipóteses, analisar o contexto institucional e cultural ao qual pertence, fortalecer as ações em grupo e recriar alternativas político-pedagógicas.
- (B) elevados talentos individuais e capacidade de resolver os problemas da gestão educacional e da sala de aula, utilizando as inúmeras ferramentas da qualidade total na educação.
- (C) disposição em estudar os fundamentos da gestão estratégica no contexto escolar, aplicando os seus princípios no planejamento e na execução das práticas educativas.
- (D) expressiva capacidade de centralizar as tomadas de decisão e indisposição em participar dos encontros para planejamento, por considerá-los pouco produtivos.

— QUESTÃO 49 —

As pesquisas mais recentes concebem os professores como portadores de um saber que alia suas concepções e crenças à sua formação e vivência profissional, reconhecendo a formação de professores como um contínuo construído por aprendizagens ao longo da vida, admitindo que professores são sujeitos e não meros objetos de uma escola injusta e desigual. Desse modo, a literatura demonstra que a formação docente é um

- (A) processo voltado para a performance e produtividade dos professores, envolvendo a escola e a sociedade.
- (B) projeto partilhado pelos docentes por responder às demandas do mercado.
- (C) processo de formação intelectual e cultural, que envolve aspectos de natureza ética e política.
- (D) projeto de cunho neoliberal que contempla a trajetória e discussão da área, representada por suas entidades.

— QUESTÃO 50 —

A reflexão dos profissionais da educação sobre a sua prática educativa para a construção de um projeto político-pedagógico autônomo, bem como a implementação das políticas públicas de acesso, condições para permanência e de democracia da gestão, são essenciais para a qualidade social da educação. Esse processo requer

- (A) atividades que possibilitem aos profissionais da educação aprenderem a gerenciar e controlar grandes grupos de alunos com diferentes necessidades educacionais, viabilizando o processo de inclusão.
- (B) encontros sistemáticos e coletivos para estudos e reflexões sobre o ensino-aprendizagem e proposições de planejamentos e de ações no interior da escola, de modo que os conhecimentos teóricos estejam intimamente ligados às vivências cotidianas.
- (C) cursos de extensão universitária que ensinem aos profissionais da educação a refletir individualmente sobre suas práticas educativas e a propor mudanças a serem implementadas pelo sistema de ensino a curto prazo.
- (D) conhecimentos referentes à reflexividade, cujo princípio consiste em uma série de passos ou procedimentos fundamentados na lógica do estímulo-resposta, a serem usados pelos professores para a solução de problemas.

— RASCUNHO —

REDAÇÃO**Instruções**

A prova de Redação apresenta duas propostas de construção textual. Para produzir o seu texto, você deve escolher um dos gêneros indicados abaixo:

A – Artigo de opinião**B – Carta de leitor**

O tema é único para os dois gêneros e deve ser desenvolvido segundo a proposta escolhida. A fuga ao tema anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases sem que essa transcrição esteja a serviço do seu texto.

Independentemente do gênero escolhido, o seu texto **NÃO** deve ser assinado.

Tema: O bullying escolar: como distinguir os limites entre a brincadeira e a intimidação?

Coletânea**1. Jovens enfrentam ofensas e violência no mundo virtual**

Tipo de agressão via internet, o "cyberbullying" atinge 46% dos 510 jovens que responderam à enquete da ONG Safernet.

Vítima de ofensas na escola, Taiguara Chagas, 20, atua em peça como jovem que é encorajado por outros na internet a cometer suicídio.

Alice (nome fictício) tinha 17 anos e cursava o ensino médio no colégio Faap, em Higienópolis (zona oeste de SP). Estava havia dois anos na escola quando descobriu que haviam sido criadas anonimamente duas comunidades no Orkut contra ela: "Eu odeio a tosca da Alice" e outra com referências preconceituosas ao Estado de origem de sua mãe.

Diante dos ataques, a estudante e sua família acharam melhor mudá-la de colégio. Lá, descobriram que a história tinha se espalhado. A solução foi mandar Alice para fora do país, enquanto eram tomadas providências legais para a retirada das páginas do ar e o rastreamento do autor ou dos autores.

Alice estava no centro de um caso de "cyberbullying", fenômeno que transfere para a internet as agressões típicas que estudantes mais frágeis sofrem dentro da escola. Enquanto o clássico "bullying" acontece na sala de aula, no playground e nos arredores do colégio, a versão virtual transcende os limites da instituição de ensino. As hostilidades se potencializam na rede mundial de computadores, diante da facilidade atual de criar páginas e comunidades na internet. E-mails anônimos, mensagens de celular injuriosas, blogs ofensivos e vídeos humilhantes – todos fazem parte da violência virtual.

"No mundo real, a agressão tem começo, meio e fim. Na internet, ela não acaba, fica aquele "fantasma", compara Rodrigo Nejm, psicólogo e diretor de prevenção da SaferNet Brasil.

O resultado preliminar de uma enquete sobre segurança na internet realizada no site da ONG assusta: 46% dos 510 adolescentes e crianças que responderam ao questionário afirmam que foram vítimas de agressões na internet ao menos uma vez; 34,8% dizem que foram agredidos mais de duas vezes. Dos participantes, 31% são do Estado de São Paulo, onde há o maior número de relatos segundo a SaferNet.

Os ataques a Alice começaram em 2005, mesmo ano em que a mãe da jovem acionou a Justiça. "A adolescente estava completamente abalada quando chegou ao escritório", recorda o advogado que a defendeu, José Luis de Oliveira Lima, 42.

A polícia conseguiu chegar ao computador, que originou as comunidades, de uma colega de classe de Alice. Só havia uma relação entre as duas: Alice era a melhor amiga do então namorado da autora do "cyberbullying".

BALSEMÃO, R. Jovens enfrentam ofensas e violência no mundo virtual. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 2008. Cotidiano, p. 3.

2. Que graça, tão espertinho

Os pais permitem que a criança perceba seu poder de dar orgulho e que assuma atitudes cada vez mais ousadas.

HÁ UMA frase que passou a ser muito popular entre os pais: "Meu filho nasceu com um chip diferente".

Existe uma crença atual generalizada entre as pessoas que têm filhos de que o seu rebento é precoce para a idade que tem. Uma dessas mães me disse uma frase bem-humorada que expressou muito bem tal convicção: "Eu não sou mãe coruja, eu tenho razão".

Muitos adultos têm dito que as crianças mudaram muito. Acreditam que, agora, elas têm vontade própria para quase tudo e que sabem escolher, que têm "personalidade", ou seja, que sabem impor seus pontos de vista e opiniões, que não aceitam muitas restrições e que conversam sobre os assuntos mais variados com a naturalidade e a propriedade de um adulto, entre outras coisas.

Esse pensamento geral exige uma reflexão, já que as crianças continuam sendo crianças como sempre foram, desde que a infância foi inventada. O que mudou muito foi o mundo em que as crianças vivem hoje. E, claro, mudaram seus pais e o modo como eles tratam seus filhos. E uma dessas mudanças, em especial, merece toda a nossa atenção. Eu me refiro ao modo como muitos pais permitem que seus filhos os tratem.

Quem frequenta o espaço público e observa o relacionamento entre pais e filhos certamente já presenciou, e não raras vezes, crianças de todas as idades e adolescentes tratarem seus pais com agressividade, grosserias, gritos e palavrões.

[...]

Temos algumas pistas que nos ajudam a entender como se constrói tal quadro.

A primeira pista foi citada logo no início. O fato de os pais considerarem seu filho esperto permite que essa criança perceba o poder que tem de deixá-los orgulhosos e, pouco a pouco, vá assumindo atitudes cada vez mais ousadas na relação com eles e, conseqüentemente, com os adultos de modo geral.

A segunda pista está localizada no lugar que muitos pais querem ocupar em relação ao filho. Mais do que pais, querem ser seus amigos. Isso não dá certo, já que amigo ocupa sempre um lugar simétrico ao da criança ou jovem e, nesse caso, não há lugar para autoridade. Os pais podem, isso sim, ser pais amigáveis, mas nunca amigos dos filhos. O comportamento juvenil dos pais, independentemente da idade que tenham, também contribui muito para que os filhos os vejam como seus pares e não como seus pais.

Finalmente, a falta de paciência e disponibilidade para corrigir quantas vezes forem necessárias as atitudes desrespeitosas do filho faz com que pais relevem ou ignorem as pequenas atitudes cotidianas que os filhos têm e que expressam grosseria ou agressividade, quando não violência. O problema é que o crescimento desse tipo de comportamento ocorre em espiral, não é verdade?

Se não cuidarmos para que os mais novos aprendam a valorizar e respeitar a vida familiar, seus pais e os adultos com quem se relacionam, logo teremos notícias de um novo fenômeno: a intimidação, o famoso "bullying", só que as vítimas serão os pais, e os praticantes, os filhos.

SAYÃO, Rosely. Que graça, tão espertinho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 de ago. 2010. p. 1. Equilíbrio.

3. Como lidar com brincadeiras que machucam a alma

Sabe aqueles apelidos e comentários maldosos que circulam entre os alunos? Consideradas "coisas de estudante", essas maneiras de ridicularizar os colegas podem deixar marcas dolorosas e por vezes trágicas. Veja como acabar com o problema na sua escola e, assim, tirar um peso das costas da garotada

A criança entra na sala eufórica. Você se acomoda na mesa enquanto espera que os alunos se sentem, retirem o material da mochila e se acalmem para a aula começar. Nesse meio tempo, um deles grita bem alto: "Ô, cabeça, passa o livro!" O outro responde: "Peraí, espinha". Em outro canto da sala, um garoto dá um tapinha, "de leve", na nuca do colega. A menina toda produzida logo pela manhã ouve o cumprimento: "Fala, metida!" Ao lado dela, bem quietinha, outra garota escuta lá do fundo da sala: "Abre a boca, zumbi!" E a classe cai na risada.

O nome dado a essas brincadeiras de mau gosto, disfarçadas por um duvidoso senso de humor, é bullying. O termo ainda não tem uma denominação em português, mas é usado quando crianças e adolescentes recebem apelidos que os ridicularizam e sofrem humilhações, ameaças, intimidação, roubo e agressão moral e física por parte dos colegas. Entre as conseqüências estão o isolamento e a queda do rendimento escolar. Em alguns casos extremos, o bullying pode afetar o estado emocional do jovem de tal maneira que ele opte por soluções trágicas, como o suicídio.

Pesquisa realizada em 11 escolas cariocas pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia), no Rio de Janeiro, revelou que 60,2% dos casos acontecem em sala de aula. Daí a importância da sua intervenção. Mudar a cultura perversa da humilhação e da perseguição na escola está ao seu alcance. Para isso, é preciso identificar o bullying e saber como evitá-lo.

CAVALCANTE, M. Como lidar com brincadeiras que machucam a alma. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/como-licar-brincadeiras-431324.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2010.

4. Brincadeiras perversas

O bullying é caracterizado por violência recorrente, desequilíbrio de poder e intenção de humilhar; a prática, frequente nas escolas, pode levar as vítimas à depressão e ao suicídio.

A violência e seus impactos são temas frequentes nos debates nacionais e internacionais, especialmente quando se desdobram em tragédias que envolvem estudantes e instituições escolares. É fato que tais acontecimentos trazem à luz questões até então negligenciadas no passado, como a violência entre os estudantes.

Os trotes universitários, muitas vezes humilhantes e violentos, por exemplo, ainda são pouco discutidos e só ganham visibilidade quando os meios de comunicação veiculam cenas de barbárie.

[...]

Ainda hoje, essas práticas são consideradas por muitos como ritos de passagem – e esperadas com certa ansiedade tanto por calouros quanto por seus parentes. Entretanto, aqueles que se dedicam ao estudo do tema concordam que se trata de um ritual de exclusão e não de integração. Deve ser considerado como um mecanismo de dominação fundamentado por discriminação, intolerância, violência e preconceitos de classe, etnia e gênero. O abuso de poder é sua marca principal.

Em razão de atitudes agressivas e abusos psicológicos, sob a alegação de que se trata de “brincadeiras”, muitos estudantes se convertem em “bodes expiatórios” do grupo, desde a sua entrada no ensino superior até a sua conclusão e, em alguns casos, essa situação se estende na vida profissional. Os que se negam a participar da “interação” são sumariamente coagidos, intimidados, perseguidos ou mesmo isolados do convívio e das atividades dos demais.

No ambiente profissional essas práticas ocorrem tantas vezes que chegam a ser vistas como “normais”. De acordo com a frequência e a intensidade os atos podem se caracterizar como assédio moral. Há grande probabilidade de que suas consequências afetem a saúde mental de trabalhadores, comprometendo a autoestima, a vida pessoal e o rendimento profissional, resultando em queda da produção, faltas frequentes ao trabalho, licenciamentos para tratamento médico, abandono do emprego ou pedidos de demissão, alto grau de stress, depressão e, em casos extremos, suicídio.

No contexto familiar, a violência pode ser vista como “prática educativa” ou forma eficaz de controle, validada pela maioria que a presencia ou a vive, incluindo a própria vítima. Tanto no contexto profissional quanto na família há estreita ligação de dependência – afetiva, emocional ou financeira – entre os protagonistas. Isso faz com que as vítimas em geral se caleem e carreguem consigo uma série de prejuízos psíquicos.

[...]

Assassinato psíquico

É na análise das relações entre os adultos e na observação das interações de grupos de crianças na escola que se alarga nossa percepção sobre o círculo vicioso de abusos. O que antes se acreditava ocorrer apenas nas relações entre os adultos – descritas como padrões relacionais disfuncionais, abusive relationships – se verifica também entre as crianças com idade igual ou semelhante. Trata-se do bullying escolar: um conjunto de comportamentos marcados por atitudes abusivas, repetitivas e intencionais e pelo desequilíbrio de poder.

[...]

Alguns motivos justificam o silêncio: o medo de represálias e de que os ataques se tornem ainda mais persistentes e cruéis; a falta de apoio e compreensão quando se queixam aos adultos; a vergonha de se exporem perante os colegas; o sentimento de incompetência e merecimento dos ataques; o temor das reações dos familiares, que muitas vezes incentivam o revide com violência ou culpabilizam as vítimas.

[...]

Independentemente da idade dos envolvidos e do local onde ocorrem os assédios, parece haver entre aqueles que presenciam a situação certo grau de tolerância ou até mesmo de convivência. Em alguns casos, alegam que a vítima “merece” hostilidade por causa do seu comportamento provocativo ou passivo. Alguns chegam mesmo a rir e incentivar o que ocorre ao “bode expiatório” – uma atitude que fortalece a ação dos autores e sua popularidade. Outros temem ser o próximo alvo, preferindo, assim, fazer parte do grupo de agressores, o que garante a sua segurança na escola.

[...]

É importante, porém, lembrar que estamos nos referindo a um comportamento repetitivo, deliberado e destrutivo, diferentemente de um comportamento agressivo pontual, numa situação em que a criança, na disputa de um brinquedo ou de seu espaço, ataca o outro com mordidas e socos ou com xingamentos e ameaças. Não nos referimos aqui às divergências de pontos de vista, de ideias contrárias e preconceituosas que muitas vezes redundam em discussões, desentendimentos, brigas ou conflitos sociais ou às disputas profissionais, em que o colega é visto como empecilho para uma promoção, por exemplo. Também não aludimos a pais que, em sua ignorância, aplicam “corretivos” nos filhos quando estes os desafiam, desobedecem ou desapontam.

Referimos-nos a uma ação violenta gratuita e recorrente, baseada no desequilíbrio de poder. É a intencionalidade de fazer mal e a persistência dos atos que diferencia o bullying de outras formas de violência. É por meio da desestabilidade emocional das vítimas e no apoio do grupo que os autores ganham simpatia e popularidade. A busca por sucesso, fama e poder a qualquer preço, o apelo ao consumismo, à competitividade, ao individualismo, ao autoritarismo, à indiferença e ao desrespeito favorecem a proliferação do bullying. E seu potencial de destruição psíquica não cessa com o fim da escolaridade ou da adolescência: se desdobra em outros contextos, num movimento contínuo e circular.

FANTE, C. Brincadeiras perversas. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/brincadeiras_perversas.html>. Acesso em: 15 set. 2010.

5. Bem-vindo ao Coliseu

Nos acostumamos a pensar que o Coliseu, uma das construções mais imponentes de Roma, era um local de sacrifício de cristãos e luta entre gladiadores. Servia ao ideal político do “pão e circo” e à cultura militar, uma vez que a maior parte dos gladiadores era composta de prisioneiros de guerra e bárbaros inaptos para a escravidão. Cada gladiador assinava um contrato de quatro anos durante os quais seria ensinado por um guerreiro mais experiente. Sobrevivendo a este período, seria coberto de glória e honra, recebendo dinheiro suficiente para comprar sua liberdade. Setenta e cinco mil pessoas podiam acompanhar o espetáculo dividido em três partes: pela manhã, armavam-se cenários de florestas com ursos, leões e tigres que seriam abatidos por caçadores. À tarde, representavam-se versões teatrais de mitos gregos e romanos. Criminosos e condenados eram forçados a fazer, por exemplo, o papel de Prometeu acorrentado, que tinha seu fígado comido pelas feras (voadoras e terrestres), cumprindo assim, como podemos imaginar, cenas de grande realismo. Ao final do dia, vinham as lutas entre gladiadores, divididos em níveis de dificuldade e experiência. A imensa maioria dos candidatos não chegava jamais a lutar em público, fenecendo durante os treinamentos. Menos de um por cento ganhava liberdade e cidadania romana. Mas bastava que um único tivesse alcançado este feito para que o sistema funcionasse.

A parte menos conhecida desta cultura de espetáculo, cujo centro era o Coliseu romano, reside no fato de que tais práticas eram educativas. Crianças eram trazidas regularmente, sob a guarda de seus tutores e mestres, para extrair ensinamentos “práticos” sobre a ordem social e a importância da luta pela sobrevivência. Havia lugares específicos para o público: mulheres no alto (para que o olhar impudente dos gladiadores não gerasse filhos indesejados), imperador ao centro, patrícios ao lado, plebeus abaixo e assim por diante. A distribuição dos ritos também obedecia a uma intenção pedagógica: as caçadas exprimiam a luta do homem contra as bestas da natureza; as representações teatrais, a contenda do homem contra o destino e a lei; finalmente os gladiadores encenavam o conflito de homens contra homens, ou, ainda, a batalha para passar de menos do que um romano para mais do que um cidadão. Pode-se argumentar que os motivos funcionais para o melhor aproveitamento do espaço fizeram os romanos converter o anfiteatro grego, aberto, no teatro romano oval, fechado, mas há mais que isso. Há uma política de fronteiras diferente em cada caso. A fronteira fixa, porém aberta, dos gregos é substituída pela fronteira móvel, mas fechada, dos romanos.

A arena de nossos dias

Para aquele que não veio a Roma fica o convite. Para aqueles que gostariam de reviver a situação do Coliseu sem sair de casa, basta aproximar-se para uma conversa franca com um de nossos adolescentes de classe média. Se você não se fizer nem de imperador nem de patrício, logo começará a reconhecer os perigos e dificuldades para sobreviver ao sistema de exclusão interna no qual o conflito escolar administrado se transformou. Há os populares, que, por direito divino ou nascimento, fazem parte do *Senatus Populusque Romanus* (SPQR). Há os gladiadores experientes, capazes de se impor pela força ou pela repetência. Há os candidatos a mártir e a grande maioria de nerds que se contenta em escapar das grandes encenações diárias de escárnio e maldizer, suportando sua quota de sacrifício moral por meio de desdobramentos e exercícios “espirituais”, sejam eles baseados em *animés* japoneses, séries de filmes ou seriados. Descendentes dos antigos CDFs, os atuais nerds não devem ser confundidos com adolescentes que se identificam demasiadamente com os ideais de desempenho e adaptação. Há nerds bonzinhos, há os BVs (bocas virgens), há aqueles que se reúnem em subcomunidades de resistência, em torno da música, do esporte ou de práticas menos auspiciosas. Há os que são diariamente lançados às feras. Um pequeno detalhe, como o uso da blusa por baixo das calças, pode levar ao “suicídio social” representado pela anátema de ser zoado. O termo pode significar seu contrário, andar com roupas zoadas (pronuncia-se *zuadas*) pode ser sinônimo de personalidade e audácia, bem como falta de gosto em estado terminal.

Há aqueles que não são realmente nem populares nem nerds. Meninas que se “disfarçam” de populares, ou seja, seguem o estilo e consomem o que deve ser consumido, pelo profundo temor de exclusão. Isso se estende ao mercado das trocas de fiantes, quase fiantes, não fiantes e repudiantes. Dissemina-se nas vidas virtuais, nos modos de administração do corpo (massivamente anoréxico) e nas experiências escolares, segundo três lemas fundamentais: (1) sobreviver à exigência do desempenho escolar; (2) conquistar admiração e respeito dos colegas; e (3) discriminar qualquer diferença que possa voltar-se contra si. [...]. Ver seu pai separar-se da mãe para iniciar um romance com um aluno é imensamente menos problemático do que ser zoado por isso na escola. A lógica do preconceito é uma operação que começa pela articulação formal de uma diferença, sem qualquer conteúdo ou valência veritativa. É como um apelido, que funciona pela sua eficácia pragmática (pela reação que ele causa), e não pela referência que ele presume. Muito da chamada apatia adolescente de nossos novos gladiadores não é de fato apatia, mas introjeção de uma atitude defensiva de não reação, ou seja, indiferença forçada a serviço da não exclusão.

[...]

Talvez o *bullying* em nossas escolas esteja crescendo e a tendência é que cresça mais ainda, como expressão do excesso de administração das formas de vida cujo único limite sancionado seja a lei formal. Dentro das fronteiras internas, não há moral que resista à formação de novos gladiadores. Aliás, a denúncia e o apelo à “justiça comum” representada pelas instâncias escolares competentes significam que a moral da força e da sobrevivência, que forma e define o grupo adolescente, foi rompida, com custos muitas vezes irreparáveis. O problema é interessante porque nos convida a pensar uma solução diferente da habitual transferência de competência moral para uma instância que regularmente o comportamento. É preciso reconhecer a gramática própria na qual se dá o confronto e o sofrimento expresso pelo assédio moral entre adolescentes, o que significará abdicar da facilidade representada pelos nossos meios consagrados e inequivocamente precários de legislar sobre eles, meus caros patrícios e imperadores.

Propostas de redação

A – Artigo de opinião

O *artigo de opinião* é um texto escrito para ser publicado em jornais e revistas, e traz reflexões a respeito de um tema atual de interesse do grande público. Nesse gênero, o autor desenvolve um ponto de vista a respeito do tema com argumentos sustentados por informações e opiniões que se complementam ou se opõem. No texto, predominam sequências expositivo-argumentativas.

Imagine que você seja um estudante de Universidade e tenha sido indiciado judicialmente por ter ofendido e ridicularizado um calouro durante o trote universitário. Escreva um artigo de opinião para ser publicado em um jornal de circulação nacional, discutindo os diversos pontos de vista relativos à caracterização do bullying escolar. Utilize argumentos para convencer o leitor de que sua atitude e ações, naquele episódio, não podem ser consideradas formas de violência ou ataque. Defenda seu ponto de vista acerca dos limites entre a brincadeira humorada e a hostilização do bullying, apresentando dados e fatos que o sustentem e possam refutar outros pontos de vista.

B – Carta de leitor

A *carta de leitor* é um gênero discursivo no qual o leitor manifesta sua opinião sobre assuntos publicados em jornal ou revista, dirigindo-se ao editor (representante do jornal ou da revista) ou ao autor da matéria publicada (quando o seu nome é revelado). Por ser de caráter persuasivo, o autor da carta de leitor busca convencer o destinatário a adotar o seu ponto de vista e acatar suas ideias por meio dos argumentos apresentados.

Suponha que você seja presidente da associação de pais das escolas do município de Goiânia e tenha se sentido incomodado com o texto “Que graça, tão espertinho”, de Rosely Sayão. Pelo fato de discordar das ideias da autora quanto ao relacionamento de pais e filhos, você resolve escrever uma carta para a seção de cartas de leitor de um jornal local. Trata-se, portanto, de uma carta de tipo persuasivo-argumentativo, em que você defenderá seu ponto de vista a respeito dos limites entre as brincadeiras familiares e a intimidação do bullying. Construa seus argumentos por meio de elementos persuasivos que possam convencer a autora e os leitores do jornal da isenção de responsabilidade dos pais nas práticas de bullying ocorridas nas escolas.

ATENÇÃO

**Você não deve identificar-se, ou seja, você deve assumir o papel de um leitor fictício.
A sua carta NÃO deve ser assinada.**

RASCUNHO DA FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale a letra (A ou B) referente ao gênero textual escolhido: ➡

A

B

Independentemente do gênero escolhido, o seu texto **NÃO** deve ser assinado.

TÍTULO: _____

[illegible]

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

[illegible]